

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves
RECEBIDO EM:
01.11.2018
ÀS 10:12 Horas
Ass.:

Departamento Legislativo - 07 nov 2018 08:51

Exmo. Sr.
Vereador **MOISÉS SCUSSEL NETO (PSDB)**
Presidente da Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Nesta.

Excelentíssimo Presidente:

Em atenção ao r. **DESPACHO**, recebido em 30 de outubro de 2018, e em conformidade com o art. 140, do Regimento Interno desta Colenda Câmara Municipal, estamos encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei nº 144, de 2018, que "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVO PARA A FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS, INCLUSIVE OS PERTENCENTES À ANTIGA COHAB/RS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", juntamente com a Emenda nº 124/2018.

Alertamos, por oportuno, que na Redação final houveram correções na técnica legislativa redacional, em detrimento ao Projeto de Lei original, para que sejam consideradas para posterior sanção.

Sem mais, com alta estima e elevado apreço, subscrevemo-nos,

Cordialmente.

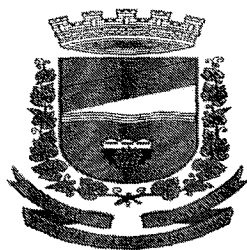
Bento Gonçalves, 31 de outubro de 2018.

Vereador MARCOS RODRIGUES BARBOSA (PRB)
Presidente em Exercício, da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Adv. Dr. Jaime Zandonai
OAB/RS nº 38.659
Procurador Jurídico

AUTÓGRAFO LEGISLATIVO:

Vereador **MOISÉS SCUSSEL NETO (PSDB)**
Presidente da Câmara Municipal de Bento Gonçalves



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE
INCENTIVO PARA A
FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE
BENS IMÓVEIS, INCLUSIVE OS
PERTENCENTES À ANTIGA
COHAB/RS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

GUILHERME RECH PASIN, Prefeito Municipal de Bento
Gonçalves,

Faço saber, que a Câmara Municipal de Bento Gonçalves aprovou
e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Institui incentivo para a regularização das transações
imobiliárias através da redução de alíquota e aumento da possibilidade de parcelamento
do ITBI.

Art. 2º O contribuinte terá incentivos observando as especificações
abaixo:

I - Alíquota de 1,0% (um por cento) para quem regularizar a aquisição de imóvel até a
data de 23 de Novembro de 2018;

II - Alíquota de 1,5% (um e meio por cento) para quem regularizar a aquisição de imóvel
até a data de 20 de Dezembro de 2018;

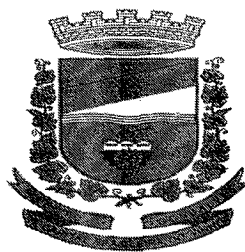
III - Alíquota de 0,8% (zero vírgula oito por cento) para quem regularizar a aquisição de
imóvel oriundo da extinta COHAB/RS até a data de 20 de Dezembro de 2018.

Parágrafo único. Será considerado como base de cálculo o valor
atual de avaliação de mercado do imóvel, de acordo com o Artigo 67, da Lei
Complementar nº 183, de 27 de dezembro de 2013, para efeitos desta Lei.

Art. 3º Para fins de enquadramento nos incentivos, o contribuinte
deverá apresentar os documentos comprobatórios de que a aquisição do imóvel se deu
até o dia 31 de dezembro de 2017:

I - Documento escrito que comprove que a aquisição do imóvel se deu até a data
mencionada no *caput* desse artigo; ou,

II - Declaração de Imposto de Renda original em que constem informações sobre o
imóvel.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

Parágrafo único. Os Tabelionatos deverão manter em seus arquivos cópia dos documentos apresentados e exigidos nos itens I e II deste artigo, sob pena de incorrerem em infrações previstas nos Artigos 85, 86 e 87, da Lei Complementar nº 183, de 27 de dezembro de 2013.

Art. 4º A guia de ITBI relativa ao incentivo de que trata a presente lei poderá ser paga em parcelas, sendo a primeira com vencimento 30 (trinta) dias após a realização da avaliação do imóvel e emissão da Guia, e as demais, mensais e sucessivas, no prazo de 30 (trinta) dias após o vencimento da parcela anterior, tendo como data limite para quitação total o dia 20 de dezembro de 2018.

Art. 5º O incentivo constante no art. 2º, desta lei, terá vigência para as solicitações de avaliação e cálculo do ITBI protocoladas no setor até 14 de dezembro de 2018.

§1º A falta de pagamento até a data de vencimento das guias de ITBI acarretará a perda imediata dos incentivos previstos nesta lei.

§2º Decorrido o período estabelecido no caput deste artigo, passará a incidir a alíquota estabelecida na Lei Municipal nº 183, de 27 de dezembro de 2013.

Art. 6º Não se enquadram nos benefícios desta Lei aqueles imóveis já beneficiados com redução de alíquota de acordo com o inciso I, do Art. 74, da Lei Municipal nº 183, de 27 de dezembro de 2013.

Art. 7º É vedada qualquer revisão das guias já quitadas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES,
aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e
dezoito.

GUILHERME RECH PASIN
Prefeito Municipal